

A inutilidade dos muros



» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

A pequena cidade de Aguas Blancas, na província de Salta, Argentina, fronteira com a Bolívia, colocou a América do Sul no mapa das divisões tribais quando decidiu construir um muro para marcar sua fronteira com o vizinho naquela região andina. Explico melhor: o mundo vem sendo dividido por muros desde priscas eras, com objetivo de cada grupo, ou tribo, preservar tradições, comércio e vantagens comparativas em relação aos vizinhos.

A iniciativa dos vizinhos parece ridícula, porque a construção é, na realidade, uma cerca de arame farpado com 200 metros de comprimento, numa área muito maior que pode ser violada a pé para quem quiser caminhar um pouco mais. Vale, contudo, como registro de um tempo de impossibilidade de convivência pacífica com quem pensa ou age diferente. Ou simplesmente é mais pobre. Trata-se de mensagem de apoio do mundo subdesenvolvido para o grande irmão Donald Trump.

Um dos mais antigos muros de que se têm notícia é a Muralha da China, com 21 mil quilômetros. É a metade da circunferência da Terra. Levou mais de um século para ser concluído. Seu objetivo era defender as dinastias chinesas de invasões dos mongóis. Não deu certo. Se colocada nos Estados Unidos, a Muralha da China poderia fazer três linhas paralelas de muro ligando a costa leste à oeste. Mas os norte-americanos já construíram um muro para chamar de

seu, que os separa dos mexicanos e dos latino-americanos em geral no sul do Texas, na fronteira com Tijuana.

Eles só querem latinos para fazer a colheita de frutas na Flórida e na Califórnia, limpar residências, cortar grama ou cuidar de crianças. Qualquer ameaça além disso, termina com pés e mãos amarrados por algemas em avião militar que despeja o intruso no porto de origem. É a democracia do grande irmão, o que tem a força. A estupidez do novo presidente dos Estados Unidos não é original.

O muro na fronteira de Israel com a Cisjordânia, ou aquele que cerca e envolve Gaza, está entre os mais intimidadores do mundo. Ele é assustador não apenas por seu tamanho, pelo concreto e aço utilizados, mas pelo que representa. São povos condenados à separação por incompetência da diplomacia dos homens. Interesses subalternos, egoísmo, religiosidade extremada ou nacionalismo pouco inteligente justificam as cercas. A recente guerra demonstra que os muros servem apenas para serem ultrapassados. Pelos dois lados. Não separam nada. Os dois lados perderam soldados, civis, crianças, velhos e esperanças. A paz é precária, no aguardo, apenas, de um novo conflito.

Atravessar o Muro de Berlim, quando dividia a antiga capital alemã, que, por sua vez, ficava integralmente dentro do setor soviético, não era agradável. Soldados nada amistosos verificavam documentos, enquanto outro grupo obrigava a trocar dinheiro em um câmbio artificial caríssimo. Eram duas Alemanhas, separadas por um formidável muro de concreto, com mais de 180 quilômetros de comprimento.

Começou a ser construído em agosto de 1961, quando o Exército da Alemanha Oriental iniciou o cerco de Berlim. As autoridades, de um lado,

chamaram o muro de Proteção Antifascista. Do outro lado, ganhou o apelido de Muro da Vergonha. Em menos de uma década, ele foi concluído, com torres de vigia, cercas elétricas, cães, campos de tiro, e centenas de guardas armados.

No lado oriental, as pessoas eram proibidas de se aproximar dele, mas do outro lado era possível percorrer as ruas que terminavam na parede de concreto. Em alguns trechos, havia mensagens como “pule o muro e ingresse no partido”. Ou “atenção: área de treinamento de salto em altura da Alemanha Oriental.” O objetivo do muro em Berlim era impedir que as pessoas deixassem o paraíso comunista. O muro nos Estados Unidos é projetado para impedir que pobres desfrutem do paraíso capitalista.

Quando Gorbachev lançou suas ideias de “perestroika”, os controles se afrouxaram. No final da primavera de 1989, os alemães começaram a passar férias na Hungria, que pouco depois abriu sua fronteira com a Áustria. Daí por diante, a corrente humana aumentou e a pressão popular derrubou o muro no final daquele ano. O povo desmanchou o concreto e cantou hinos de independência. Um grupo de jovens viajou num pequeno e barulhento Trabant até Paris, onde foi recepcionado pelos franceses, engasgando, na avenida Champ-Élysées. Uma farrá.

Há outros exemplos de muros na África, na Ásia e até em cidades antigas que eram usualmente muradas. Os portugueses levaram um susto ao chegar ao Benim, 1485, e encontrar uma cidade murada maior que Lisboa, com muros de 20 metros de altura e fossos excepcionalmente profundos, todos vigiados. Claro que ao homem, chamado civilizado, branco, coube a tarefa de destruir o que havia sido a conquista civilizatória daquele povo. Os muros não servem para nada, nem para conquistadores, nem para conquistados.

A arte da conciliação



» LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO
Conselheiro do CNJ e ex-secretário-geral da Mesa do Senado

Passei 20 anos de minha vida profissional atuando no Senado Federal. Trabalhei diretamente com seis presidentes distintos. Testemunhei a política acontecendo, às vezes em momentos tensos, outras vezes festivos, de relevantes conquistas sociais. Pude observar como o estilo pessoal do senador à frente da Casa é fundamental para seu bom funcionamento.

Nos últimos quatro anos, Rodrigo Pacheco consolidou sua marca como um líder sereno, firme e comprometido com a estabilidade institucional do Brasil. Em tempos de turbulência política, como os que vivemos, sua atuação garantiu o equilíbrio necessário para que o Congresso Nacional permanecesse um pilar da democracia e do entendimento entre os Poderes.

Desde que assumiu a presidência da Casa, Pacheco nunca buscou protagonismo pessoal. Não precisava. Demonstrou respeito pelas instituições, promovendo o diálogo entre diferentes correntes políticas e reforçando o papel do Legislativo como espaço de debate e construção de consensos. Em um cenário de grandes desafios, ele soube manter a harmonia entre os Poderes sem abrir mão da autonomia do Senado. Quando necessário, devolveu liminarmente medidas provisórias. Quando prudente, retirou matérias de pauta para que o consenso pudesse ser alcançado.

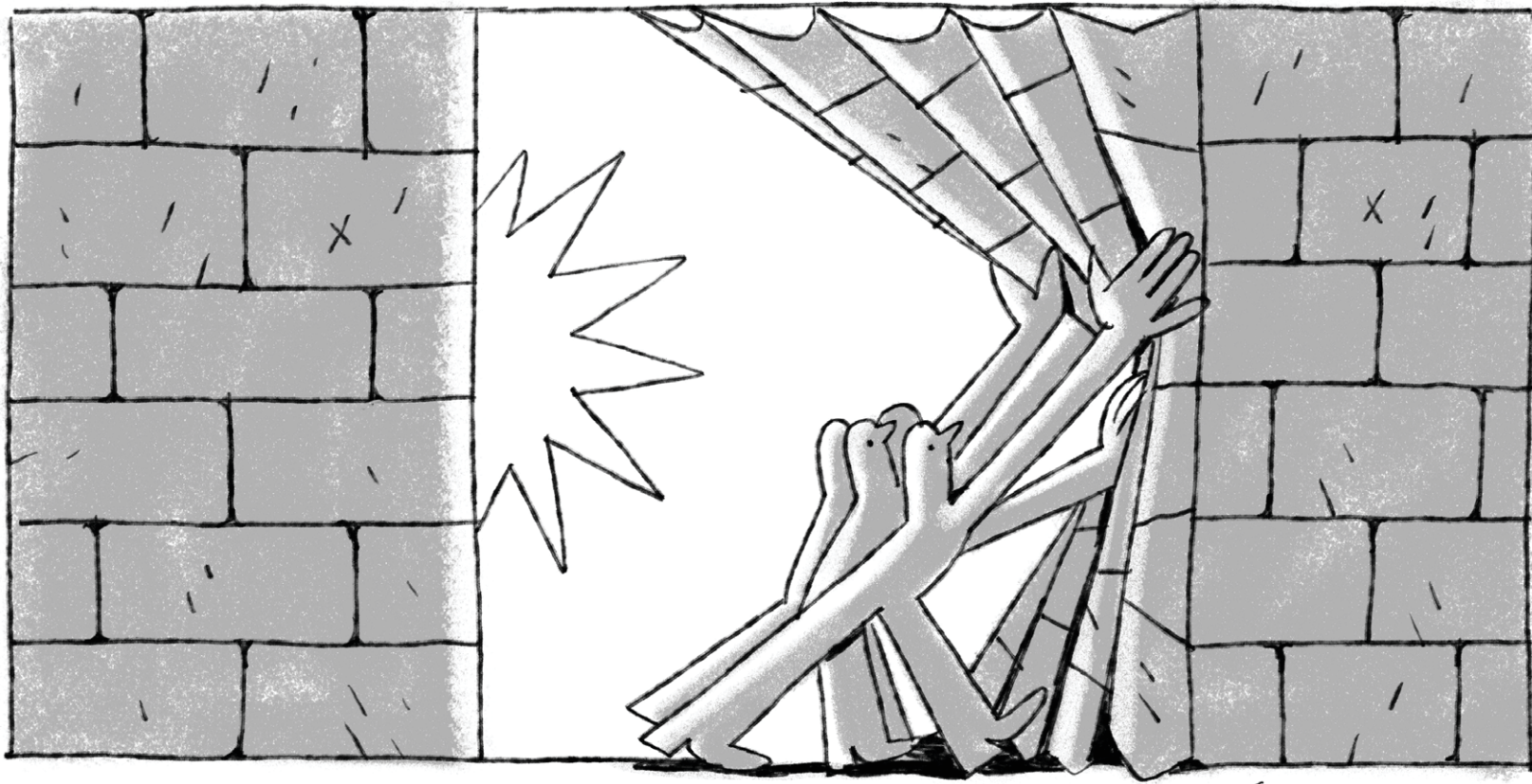
A liderança de Pacheco foi determinante para a aprovação de pautas essenciais ao país. Durante seu mandato, foram votadas matérias fundamentais para o crescimento econômico, a proteção do meio ambiente e a defesa dos direitos da população. Não farei uma lista, seria enfadonho, mas apontaria a aprovação da reforma tributária, esperada há décadas; o novo marco legal das ferrovias, impulsionando investimentos nesse setor esquecido durante gerações; a regulamentação do mercado de carbono, reforçando o compromisso com a sustentabilidade e a preservação ambiental; e o Propag, para sanear a dívida dos estados, projeto de sua autoria para o qual se dedicou com afinco.

Os episódios de janeiro de 2023 representaram um dos momentos mais críticos para a democracia brasileira. Nesse contexto, Rodrigo Pacheco exerceu um papel fundamental na defesa das instituições, rechaçando tentativas de delegitar o processo democrático. Sua atuação rápida e enérgica ajudou a restabelecer a ordem e garantir que o Congresso Nacional retomasse as atividades dias depois, demonstrando, simbolicamente, que a democracia seguia inabalada. Sua condução foi essencial para a preservação do processo democrático, especialmente nesses momentos de tensão institucional. Com serenidade, demonstrou que a força da política reside no respeito ao Estado de Direito, mas sobretudo no respeito à decisão tomada pelo voto popular.

Pacheco sofreu críticas injustas por não ter dado seguimento a processos de impeachment contra ministros do STF. Sua decisão evitou um agravamento da crise política, na certeza de que a harmonia entre as instituições é essencial para a estabilidade do país. Ao invés de ceder a pressões políticas momentâneas, ele optou por preservar o equilíbrio institucional, mesmo comprometendo a própria imagem popular, demonstrando maturidade e compromisso com a governabilidade. Em geral, é papel do presidente “sentir” a vontade do plenário, evitando levar a votação proposições que somente causariam desgaste, sem perspectivas de serem aprovadas. Ele usou essa capacidade de avaliação por diversas vezes.

Sua gestão foi marcada pela disposição ao diálogo. Seu perfil discreto, mas resolutivo, no tradicional estilo da melhor política mineira, consolidou-se como um exemplo de liderança equilibrada, capaz de unir diferentes setores em prol do interesse nacional. Rodrigo Pacheco colocou-se no mesmo patamar de outros políticos mineiros que fizeram história, de Tancredo Neves a Antonio Anastasia, de JK a Milton Campos e Pedro Aleixo.

Ao completar quatro anos na presidência do Senado, Rodrigo Pacheco reafirma sua vocação pública e seu compromisso com o Brasil. Sua trajetória nos deixa uma lição valiosa: a política pode — e deve — ser exercida com respeito, ponderação e compromisso com o bem comum. Seu legado já ocupa um lugar de destaque na história recente do parlamento brasileiro, que continuará a ser escrita enquanto estiver preservada a democracia e a boa política.



O racismo é sólido, líquido e gasoso



» ANDRÉ LÚCIO BENTO
Doutor em Linguística, especialista em cultura africana, professor e escritor

Certo dia, um homem preto decidiu jantar num restaurante metido a grã-fino em Brasília. Ele estava de terno e gravata, pois tinha acabado de sair de uma importante reunião na Câmara Legislativa do Distrito Federal. Na entrada do estabelecimento, um casal branco estava sendo atendido: “Os senhores fizeram reserva?”, “Estão aguardando mais alguém?”, “Têm preferência por mesa no canto?”. O homem preto era o próximo da fila. Quando resolveu a vida do casal, o funcionário se virou para o homem preto e perguntou: “Você é motorista de iFood?”

O homem preto era eu. E esse questionamento se eu era motorista de aplicativo só me foi feito porque eu não estava chegando num restaurante self-service de Brasília ou numa das bancas que servem mocotó e sarapatel em muitas das feiras do Distrito Federal. Eu não estava vestido de roupa de napa preta, não estava com capacete na mão e nem com mochila vermelha nas costas. Mas minha cor indicia para muitas pessoas os lugares que cabem a mim frequentar.

Eu trago esse episódio do restaurante para ilustrar como o racismo é uma ideologia essencialmente criativa e plástica, mas sempre perversa. Como a matéria, o racismo se constituiu de diversos modos, e suas manifestações

nem sempre são tão facilmente identificáveis. O casal era “os senhores”; eu era “você”, o motorista de aplicativo. Não que eu faça questão de ser chamado de “senhor”, mas, se esse é o protocolo de tratamento nos restaurantes, que seja a forma utilizada para pretos e brancos. Como no estado gasoso da matéria, o racismo se expande e assume formas diversas e, nesse caso, se transmuta numa pergunta e numa escolha pronominal. Ele também se dá por meio de um olhar inquiridor, de desconfiança, de dúvida e da quase certeza de que pretos têm seus lugares naturalmente definidos. No nível da representação social, as cidades também são divididas racialmente.

O mesmo estranhamento do funcionário diante da minha presença naquele restaurante foi o que aconteceu em 1951, quando a dançarina estadunidense Katherine Dunham veio se apresentar no Brasil e, em São Paulo, foi questionada por um recepcionista do hotel se, na condição de mulher preta, poderia se hospedar lá. Isso quase nos colocou diante de uma crise diplomática, e os Estados Unidos praticamente exigiram do Brasil uma retratação. Como resposta, surge a Lei Afonso Arinos, feita às pressas e cheia de brechas.

No que diz respeito ao seu caráter material, o processo de solidificação do racismo, no nosso país, tem contribuição do Estado brasileiro. A começar pelos quase 400 anos dedicados à escravidão como prática e fundamento que regularam a economia, a justiça e a política. Quando se promulga a Lei Eusébio de Queiroz, em setembro de 1850, que pôs fim ao tráfico escravagista, no mesmo mês publica-se a Lei de Terras, criando uma série de obstáculos para que o povo preto pudesse ser dono de um lote. O Decreto 1.331,

de 1854, estabelecia a proibição de ingresso nas escolas “dos meninos que padecerem de moléstias” e de “escravos”; em 1878, o Decreto 7.031-A reservava para o turno noturno o espaço para pessoas negras. Além dessas leis e decretos, as Ordenações Filipinas exigiam a “dispensa do defeito de cor” para os pretos que desejassem ocupar cargos no serviço público ou no sacerdócio.

As medidas racistas do Estado seguem no período pós-abolição. Acho que as elites, de vez em quando, se lembram de que o projeto inicial era formar por essas terras aqui um país europeu, tropical e branco. Mas não combinaram com nós, os pretos. E nós resistimos à colonização, à escravização e ao nosso extermínio. Enfrentamos o Decreto-Lei 7.967, de 1945, de Getúlio Vargas, que estimulou a vinda de imigrantes com “características mais convenientes da sua ascendência europeia”; enfrentamos a criminalização do samba, da capoeira e das religiões de matriz africana; enfrentamos a polícia fazendo revista e exigindo documento de identificação de ex-escravizados. Hoje, enfrentamos o perfilamento racial das abordagens policiais, a forma não democrática que os governos utilizam para compor seus cargos de chefia (a gestão estatal é branca); enfrentamos a lentidão ou a falta de vontade da Justiça em reconhecer e punir os crimes de racismo.

O projeto de um país branco em meio a onças, tucanos e tamanduás não acabou. Não se enganam! E o racismo continua performático e cínico, ora de forma sólida e perceptível, ora, como os líquidos e os gases, ocupando todos os espaços, marcando nossa sociedade e se constituindo como um sistema de poder e de opressão.